

Racismo estrutural no Brasil: lugares parciais de fala, pré-construído e Linguística popular/Folk linguistics¹

Structural racism in Brazil: partial places of speech, pre-constructed and Folk linguistics

Racismo estrutural en Brasil: lugares parciales de habla, preconstruido y Lingüística popular/Folk linguistics

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Brasil)

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT/Brasil)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil)

baronas@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0003-0758-0370>

RESUMO

Neste ensaio, discutimos o uso que tem sido feito do conceito de *racismo estrutural*, que busca descrever e explicar, de um ponto de vista sociológico, as razões pelas quais, brasileiros, somos racistas desde alhures. Para tanto, mobilizamos dois outros conceitos, a saber, lugares parciais de fala e pré-construído (PÊCHEUX, 1975). Realizamos também uma pequena digressão asseverando que o conceito de *racismo estrutural* tal qual o conceito de classe social da maneira como vem sendo mobilizado está completamente esvaziado de sua “potência de ação” transformadora da sociedade (BUTLER, 1997), contribuindo, mesmo que de maneira inadvertida, para a propagação do mito da democracia racial brasileira. Por último, ressaltamos o papel social militante da

¹ Uma versão modificada deste texto foi apresentada em forma de Conferência durante o IV Ateliê de Estudos de Análise do Discurso e de Linguística popular, realizado na UFMT nos dias 27/11 e 04/12 de 2020.

* Sobre o autor ver páginas 164-165

Estudos da Língua(gem)	Vitória da Conquista	v. 19, n. 2	p. 151-165	agosto de 2021
------------------------	----------------------	-------------	------------	----------------



Linguística popular/*Folk linguistics* na construção de uma sociedade igualitária, decente.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística popular; Discurso; Racismo estrutural.

ABSTRACT

In this essay, we discuss the use that has been made of the concept of structural racism, which seeks to describe and to explain, from a sociological point of view, the reasons why we Brazilians are racists from elsewhere. For that, we mobilized two other concepts, namely, “partial places of speech” and “pre-constructed” (PÉCHEUX, 1975). We also made a small digression, asserting that the concept of structural racism – just like the concept of social class – in the way it has been mobilized is completely emptied of its transforming “power of action” in society (BUTLER, 1997), contributing, even if in an inadvertent way, for the dissemination of the myth of Brazilian racial democracy. Finally, we highlight the militant social role of Popular Linguistics or Folk Linguistics in developing an egalitarian and decent society.

KEYWORDS: Popular Linguistics; Discourse; Structural racism.

RESUMEN

En este ensayo discutimos el uso que se ha hecho del concepto de racismo estructural, que busca describir y explicar desde un punto de vista sociológico, las razones por las cuales los brasileños somos racistas desde hace mucho. Para eso, movilizamos otros dos conceptos, a saber, lugares parciales de habla y preconstruidos (PÉCHEUX, 1975). También hicimos una pequeña digresión afirmando que el concepto de racismo estructural, al igual que el concepto de clase social en la forma en que se ha movilizado, está completamente vacío de su “poder de acción” transformador en la sociedad (BUTLER, 1997), contribuyendo, aunque sea de manera involuntaria, por la propagación del mito de la democracia racial brasileña. Finalmente, destacamos el papel social militante de la Lingüística popular / Folk linguistics en la construcción de una sociedad igualitaria, decente.

PALABRAS CLAVE: Lingüística popular; Discurso; Racismo estructural.

1 Lugares parciais de fala

Início este meu ensaio dizendo que falo do lugar do pesquisador branco, heterossexual, classe média e ligado a priori a uma prestigiosa instituição de ensino, pesquisa e extensão do sudeste brasileiro. Cada um desses termos carrega consigo uma memória discursiva, que sustenta um lugar de privilégio na sociedade brasileira. Assumo, portanto, o meu lugar de privilegiado no contexto brasileiro. Assumir esse lugar de privilégio não significa por um lado anular a minha história, pois como pode ser visto no texto inicial do meu Lattes e nas cicatrizes das minhas mãos, braços, pernas e pálpebras, antes de pesquisador, com muito orgulho, trabalhei duro como mecânico de máquinas em Nova Xavantina – MT, bem como, enquanto pesquisador da linguagem, *lab(l)uto* diariamente (a ponto de muitos colegas me perguntarem se não paro nunca!!!!) e,

por outro, para defender a igualdade entre todas, *todes* e todos, de lutar contra qualquer prática machista, racista, misógina, homofóbica... Alicerço essa minha última afirmação numa discussão sobre lugares parciais de fala. Seguramente, essa é a parte mais desenvolvida deste texto e peço a vossa indulgência por apresentar um trabalho ainda no seu nascedouro.

Vou contar inicialmente uma pequena história, que se parece muito com uma anedota, mas é a mais pura expressão de um fato verdadeiramente ocorrido. Em 1985, então com 19 anos de idade, eu trabalhava como mecânico geral na oficina da prefeitura de uma pequena cidade do interior de Mato Grosso, chamada Nova Xavantina. Esse município, que fica no centro geodésico do Brasil e a 660 Km de Cuiabá é cortado por um rio, o Rio das Mortes. Esse Rio divide a cidade em dois setores: o Nova Brasília e o Xavantina. Antigamente, para irmos de um setor a outro havia basicamente duas possibilidades: pela ponte da BR 158 ou atravessando o Rio de canoa. Essa última possibilidade, dada a menor distância, era a mais utilizada pelas pessoas que não possuíam carros, motos, bicicletas ou condições de pagar a tarifa de ônibus.

Como eu morava no Setor Xavantina e trabalhava no Departamento Municipal de Estradas de Rodagem – DMER, que ficava no Setor Nova Brasília, diariamente era um usuário do serviço de canoas. Numa dessas minhas travessias, o Sr. Manuel, um negro já de cabelos bem grisalhos, um dos mais conceituados e antigos canoeiros do Rio, depois de me deixar na outra margem, foi interpelado pelo seu bisneto que disse: "Vô, Vô, aquele moço, referindo-se a um rapaz preto, cujo apelido era Tiziu, que estava esperando uma canoa para atravessar, me chamou de neguinho!!!" O Sr. Manuel, no alto da sua sabedoria, construída ao longo de mais de 80 anos e milhares de travessias do Rio, disse: "Filho, tu és neguinho mesmo. Além disso, quem te chamou de neguinho é o Tiziu, um preto. Teria problema se ele te chamasse de galeguinho e fosse branco. Aí eu ficaria brabo com ele e iria tomar satisfações, pois ele tava desfazendo de ti". Todas as vezes que eu ouvia alguém cometendo um ato racista, juntamente com a indignação, me vinha à mente essa fala lapidar do Sr. Manuel.

Esse episódio pode nos propor uma questão discursiva bastante interessante, especialmente em relação à problemática do lugar de fala, conceito muito presente no digital e que é teorizado com muita propriedade pela filósofa brasileira Ribeiro ((2017) no livro *O que é lugar de fala?* Questão essa também latente nas diversas perspectivas que se debruçam a compreender atualmente o discurso. Resumidamente, para dar conta desta questão, diríamos que há duas tendências: uma que acredita na determinação ontológica dos sujeitos, isto é, *só x entenderia x*; de onde poderíamos inferir que somente os negros, por exemplo, por serem as pessoas que sofrem com os atos racistas, estariam autorizados a falar sobre essa temática e/ou a jamais cometer esse tipo de ato. A outra tendência advoga justamente o contrário, postulando que independentemente da ontologia, as representações ou identificações funcionam para todos os sujeitos, isto é, *não só x entenderia x*, dado que para além da ontologia outras questões devem ser consideradas nos processos enunciativos. Por exemplo, posso ser branco e pertencer a comunidade discursiva dos que se posicionam radicalmente contra o racismo e, nesse caso, a questão não tem a ver com ontologia, mas com posicionamento discursivo. Segundo Ribeiro, "o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos

socialmente nos faz ter experiências distintas de outras perspectivas" (RIBEIRO, 2017, p. 69), possibilitando, eu acrescentaria diferentes direitos enunciativos.

Todavia, a questão nos parece bem mais complexa, sobretudo, se levarmos em consideração os processos enunciativos em que a ressignificação de insultos (no caso em questão) racistas está presente. Explico-me melhor retomando o exemplo do Sr. Manuel. Quando este Senhor assevera ao bisneto que ele “era neguinho mesmo”, essa asserção tem um caráter ressignificante, isto é, o que possuía um valor axiológico negativo, na acepção do bisneto, passa a ter outro sentido para o Sr. Manuel. Esse outro sentido não deve ser identificado com o valor axiológico de *ser galeguinho* = *a ser branco*, pois no entendimento do Sr. Manuel “quem te chamou de neguinho é o Tiziu, um preto. Teria problema se ele te chamasse de galeguinho”. Essa última parte da asserção nos mostra que assumir-se “neguinho” não significa passar a ser “galeguinho”, muito pelo contrário, ser “neguinho” é a possibilidade mesmo de insurgir-se contra os valores hegemônicos do “ser galeguinho”, ou seja, é a possibilidade de agir em prol de uma coletividade historicamente discriminada no Brasil. Há ainda outro aspecto na fala do Sr. Manuel que merece um olhar também mais detido, especialmente quando ele diz: “é o Tiziu, um preto”. Para além do Tiziu, gíria que designa por apelido o moço que se referiu ao bisneto do Sr. Manuel, há um aposto, “um preto”. Esse aposto se por um lado também se apresenta ressignificado, por outro, traz consigo a ideia de direito enunciativo, que pode ser assim parafraseado: *o Tiziu por ser negro pode te chamar de neguinho, um branco não poderia fazê-lo, sem que isso fosse considerado um insulto.*

É preciso dizer que direito enunciativo não é sinônimo de cadeira cativa enunciativa, mas a possibilidade que os insultados têm de legitimamente se insurgir contra os insultores, transformando os insultos em bandeiras de lutas para todo um coletivo. A esse respeito cito algumas manifestações, recolhidas ao voo (MOIRAND, 2020)², que circularam em redes sociais e na mídia jornalística do Brasil:

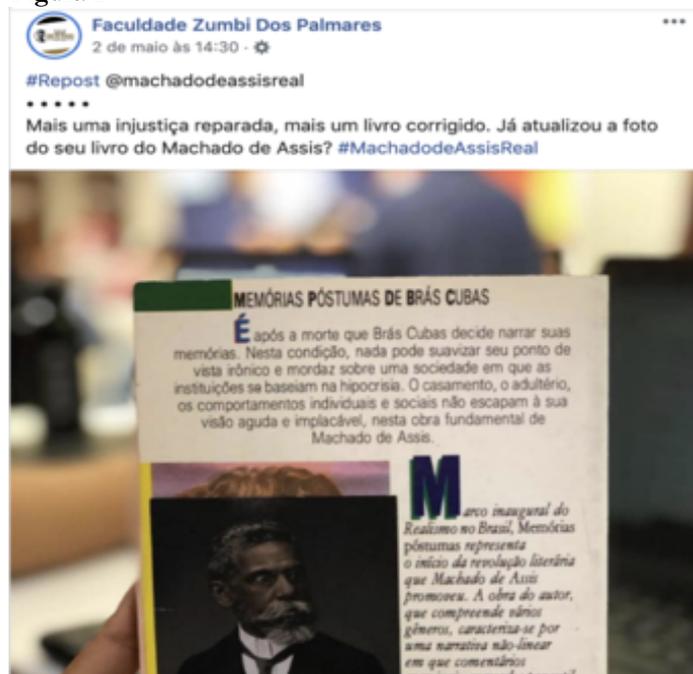
² Segundo Moirand (2020, p. 02), corpus recolhidos ao voo “permitem descobrir maneiras de “dizer” para capturar um fato da atualidade no momento em que ele é ‘registrado’ [...]. No contexto do trabalho sobre o conceito de atualidade (MOIRAND, 2018) e sobre a maneira de dizer a atualidade na era da internet, dos telefones celulares e dos canais de notícias contínuos, então na maneira de “pensar” a atualidade, procurei capturar o momento em que a linguagem verbal permite passar de “um estado virtual para um estado real”, para aquilo que é “registrado”, “atualizado”, como é dito nos dicionários habituais, em um primeiro sentido atribuído à filosofia (no *Petit Robert*, por exemplo). Isso que leva a trabalhar com os corpora muito pequenos, aqueles que permitem ir além na interpretação do conceito de atualidade [...]; o que me leva a expor aqui um método de abordar os fatos da atualidade no momento mesmo em que eles surgem no fio da informação da atualidade, quando tentamos conectar os significados das palavras e as construções que as “dizem” (cotextos e palavras associadas) no sentido social de uma crise da sociedade.

Figura 1



Fonte: <https://www.facebook.com/MídiaNINJA/posts/2029437503881051>

Figura 2



Fonte: Captura de tela de post de uma rede social da Faculdade Zumbi dos Palmares, evidenciando a troca de fotografias.

Figura 3



Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/artistas-pintam-vidas-pretas-importam-na-avenida-paulista-24759072>

Figura 4



Curtido por gladsontarga e outras pessoas

jornalistaslivres Ato em memória de Nego Vila atravessa a Vila Madalena e pede justiça.

#negovilapresente #todonegoénegovila
 #negovilamadalena Nego Vila, artista, skatista, mc, um daqueles figuras que se tornam reflexo e símbolo de um território, no seu caso, a Vila Madalena. Wellington Copido Benfatti, morto a tiros pelo policial militar fora do serviço Ernest Deco Granaro, quando

Fonte: <https://jornalistaslivres.org/>

O que as imagens acima têm em comum além da temática? Todas elas propõem algum tipo de resignificação, isto é, algo que era da ordem do pejorativo e que passa a ser visto como positivo e transformado em bandeira de luta em prol de um coletivo. Assim, resumidamente, na primeira, resignifica-se o valor axiológico de preto, na segunda, o valor axiológico de negro e, na terceira, uma vez mais o valor axiológico de preto. Obviamente que são processos resignificantes diferentes, mas todos buscam agir performativamente em prol de um coletivo, mesmo se tratando de casos particulares como o do Machado de Assis e o do Nego Vila. Nestes últimos casos, temos um processo resignificante metonímico, isto é, parte-se de um caso particular, por um lado, o branqueamento de Machado de Assis por parte das editoras, que publicaram a sua obra, para a transformação desse olhar negativo acerca do negro em positivo na sociedade e, por outro, o assassinato do artista Nego Vila por um policial militar de São Paulo, cobrando justiça das autoridades competentes. Por sua vez, nos casos um e três temos um processo resignificante metafórico em que implicitamente branco e negro são comparados a preto e substituídos por esse último com um valor resignificado e potência de ação transformadora.

Diante de todas essas questões, entendo que é preciso extrapolar o lugar de fala no singular - *só x entenderia x* - e pensá-lo no plural - *x, y, z... entenderiam x*, ou seja, há lugares de fala, que têm a ver com posicionamentos enunciativos, que não se confundem *a priori* com representações, identificações ou ontologias, mas com comunidades discursivas. Contudo, é preciso levar em consideração que esses lugares de fala no plural, a partir de determinado direito enunciativo, são sempre parciais (no duplo sentido deste adjetivo = faz parte de um todo e também = toma partido), isto é, - *x, y, z... entenderiam sempre parcialmente x*. Evidentemente que toda a tentativa de formalização da linguagem é um problema para os discursivistas, uma vez que esse procedimento congela a relação umbilical entre estrutura e acontecimento (PÉCHEUX, 1983). Ademais, a polêmica instaurada, especialmente nas redes sociais, a partir da publicação do texto, na *Folha de S. Paulo*, em 02/08/2020, intitulado “Filme de Beyoncé erra ao glamorizar a negritude com estampa de oncinha”, da pesquisadora Lilia Schwarcz, nos mostra o quanto ainda temos nos debruçar discursivamente sobre a questão dos lugares parciais de fala. Por ora eu gostaria de dizer que o Sr. Manuel para além de exímio canoero no Rio das Mortes era um sábio. A mim ficam as saudades e a lembrança muito *saberosa* de ter aprendido muito com ele.

2 O esvaziamento do conceito de *racismo estrutural*

Assumindo então esse lugar parcial de fala, passo para a segunda parte do meu texto na qual proponho uma analogia entre o esvaziamento do conceito de classe e o de racismo estrutural, tal qual vem sendo mobilizados, visto que em ambos se perde o “poder ação” transformadora da sociedade (BUTLER, 1997).

Em um texto intitulado *O falar das classes dominantes: linguística popular e dialetologia perceptiva* de autoria de Marie-Anne Paveau, publicado inicialmente em 2008, a autora francesa discute o que estou chamando por falta de um melhor termo de esvaziamento desse conceito. Diz a autora:

Em linguística francesa e mais particularmente em sociolinguística, o termo *classe* é substituído por *posição* e por *rede*. Em *La variation sociale en français* (2003), Françoise Gadet emprega “locutores favorecidos” e “desfavorecidos” (p. 9), a metáfora da escala (o “alto e o baixo dos degraus da escala social”, p. 10 e 68) ou o termo *posição* em “posição social favorecida”, por exemplo (p. 16). Ela sublinha mais à frente (no capítulo IV) que a classe (trabalhadora, média e superior), como ferramenta de análise, é muito formal e redutora e explica que a sociolinguística explora a noção de rede para melhor dar conta das diferentes articulações das relações sociais em nível global e local, tomando como exemplo a “rede operária” tal como é analisada por L. Milroy (1980). O capítulo IV é, inclusive, intitulado “O diastrático”, termo técnico perfeitamente naturalizado em linguística, mas denotativo, quase cirúrgico, que busca apagar as dimensões conflituosas e/ou políticas presentes na palavra *classe*.

Parece-nos que os sociolinguistas, especialmente os da primeira onda, na esteira de alguns sociólogos, ao tentarem dar conta conceitualmente de algo que se apresentava de certa maneira anacrônico, acabam por apagar o que o conceito de classe tem de mais produtivo, isto é, por um lado, apaga as dimensões conflituosas e/ou políticas presentes no termo e, por outro, retiram a sua possibilidade de performatividade, ou seja, de um agir na sociedade. Termos como *posição* e *rede* ou mesmo a ideia de uma variação diastrática não trazem no seu DNA epistemológico e nem na maneira como são mobilizados pelos sociolinguistas a possibilidade de uma tentativa de construção de outro tipo de sociedade em que não existam, por exemplo, exploradores e explorados. Sim, são termos que descrevem e explicam muito bem os fenômenos sociais, especialmente no que concerne às relações entre linguagem e sociedade. Em última instância o que esses conceitos pretendem é que reconheçamos que há diferentes formas de falar porque a sociedade é constituída por diferentes redes, posicionamentos... No entanto, a sua potência de agir não existe.

Parece-nos que algo semelhante começa a ser engendrado no que concerne ao conceito de racismo estrutural. Certamente, classe social e racismo estrutural têm histórias científicas bem distintas. Este último conceito foi pensado para explicar como desde alhures nós brasileiros somos racistas e que apesar de termos oficialmente abolido a escravidão no século XIX, continuamos vendo os negros como inferiores, como não-pessoas. Para tristemente corroborar o que estou dizendo, basta ver os dados estatísticos acerca dos assassinatos de negros em relação aos de brancos no Brasil.

Almeida (2018), em seu livro *O que é racismo estrutural?* traz a seguinte definição de racismo estrutural:

[...] as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa a resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são próprios -

, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista*. [...] as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá tornar-se uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. [...] Além de medidas que coibam o racismo *individual e institucionalmente*, torna-se imperativo refletir sobre *mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas* (ALMEIDA, 2018, p. 36-39) (Grifos do autor).

Um triste exemplo de como essas práticas estão arraigadas na nossa sociedade é a existência em compêndios e na boca dos falantes de provérbios disfóricos sobre os negros. Nem na boca dos falantes e nem nos compêndios, existem provérbios similares sobre os brancos. Para além de muito pertinente no âmbito epistemológico, pois descreve e explica com rara felicidade como o racismo está incrustado na nossa sociedade, o conceito de racismo estrutural proposto por Almeida (2018) tem no seu DNA epistemológico um componente transformador, isto é, nas palavras do autor, *além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas* (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Tomo agora como uma espécie de representação metonímica acerca do que circula, especialmente no ambiente digital, no que tange ao *racismo estrutural*, a matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 24 de novembro último, intitulada “ONU: negacionismo do governo perpetua “racismo estrutural” no Brasil”, de autoria de Jamil Chade.

Inicialmente é preciso dizer que essa matéria foi publicada poucos dias depois da morte por asfixia de João Alberto Silveira Freitas por seguranças de uma das lojas do Carrefour em Porto Alegre – RS. Trata-se de uma declaração oficial da ONU, por meio da sua representante Michelle Bachelet, cobrando do governo brasileiro a adoção de políticas públicas de combate ao racismo no Brasil, depois dos comentários inverídicos do Presidente e do Vice-Presidente da República sobre a inexistência de racismo no Brasil.

Figura 4



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/24/onu-critica-negacionismo-do-governo-diante-do-racismo-estrutural-no-pais.htm>

Embora a matéria busque responsabilizar o presidente e o vice por conta do negacionismo em relação ao racismo no Brasil ou pela propagação do mito da democracia racial brasileira, ela coloca em circulação uma vez mais a noção de racismo estrutural sem nenhum tipo de explicação desse conceito. É como se essa noção pelo simples fato de ser enunciada trouxesse todos os sentidos que o constituem. Ao longo do texto em nenhuma das quatro ocorrências é feita qualquer tipo de menção ao conceito e, especialmente ao seu poder transformador. Ele entra no fio do discurso como um pré-construído.

Foi Paul Henry quem propôs o termo “pré-construído”, para dar conta da presença dos outros discursivos e a fim de designar o que remete a uma construção anterior e exterior ao discurso do sujeito, sem que isso tenha a ver com uma intenção desse sujeito. O pré-construído é algo da ordem da exterioridade discursiva, que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, determinado materialmente no interdiscurso. Marandín (1994, p. 131) assim define o pré-construído:

designa uma situação onde o modo de organização do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação [...] o objeto em questão sendo o suporte dos efeitos de referência extralinguística e da predicação. [...] a expressão ou as expressões que introduzem o objeto de referência restringem a sua interpretação. O ponto importante é que a restrição depende de um plano de organização da língua, isto é, de uma articulação regrada pela forma-sentido (MARANDÍN, 1994, p. 131).

O enunciador ao mobilizar o termo racismo estrutural, independentemente de suas intenções, o faz produzindo um esquecimento do seu valor transformador, tomando como um conceito somente. Esse esquecimento do alhures que constitui o conceito na matéria midiática acima, para além de esvaziar a sua história, traz consigo outro esquecimento que é

possibilidade de os sujeitos lutarem pela desconstrução do racismo na nossa sociedade. Dito de outro modo, ao apagar a exterioridade do conceito, apaga-se também a possibilidade de identificação dos responsáveis pela institucionalização e manutenção do racismo estrutural no Brasil. É como se a estrutura da nossa sociedade, ente não localizável referencialmente, fosse a responsável pelo racismo e não as pessoas que o praticam e isso entra no fio do discurso impossibilitando outro tipo de interpretação.

3 O papel militante da Linguística popular/*Folk linguistics*

Nessa última parte deste meu ensaio, com base em Paveau (2020), busco discutir a linguística popular como um lugar de militância dos sujeitos. Na conferência de abertura do SIELIPOP, proferida em 12 de março deste ano, a pesquisadora francesa coloca a seguinte questão acerca da validade da Linguística popular:

A questão que geralmente é colocada sobre esse tipo de linguística é a da sua validade: os saberes sobre os quais repousam a linguística popular ou os que ela produz são exatos e dignos de serem considerados pela linguística científica? Essa questão é fundamental e ela já foi discutida em outros trabalhos meus (PAVEAU, 2008, por exemplo), mas ela frequentemente oculta outra: para que serve a linguística popular? Ela tem algum papel relevante na sociedade? Qual é o seu lugar no discurso social? Uma resposta pode ser encontrada do lado das práticas políticas e militantes: esses saberes espontâneos sobre a língua são constantemente mobilizados pelos locutores ordinários na sua vida cotidiana, mas também nas lutas militantes, notadamente em certos contextos, como os debates em torno do gênero, da sexualidade e do antirracismo. (PAVEAU, 2020, p. 24)

Paveau (2020) nos mostra então que para além e aquém de um saber prático, a Linguística popular tem uma função social deveras importante, que é lutar contra qualquer tipo de desigualdade, que implica na não possibilidade de emancipação dos sujeitos. Para dar conta da sua afirmação, ela nos mostra que

Existe um estereótipo universal, que pode ser encontrado em todas as culturas: o da palavra como arma capaz de ferir ou mesmo matar. Encontramos, por exemplo, muitos provérbios deste tema: “As adagas que não estão nas mãos podem estar nas palavras” (Inglaterra); “As flechas perfuram o corpo e as palavras más perfuram a alma” (Espanha); “As feridas da língua são mais perigosas do que as das espadas” (mundo árabe); “A espada tem dois gumes, a língua tem cem” (Vietnam). Como diz o título de um conhecido blog militante na França, no qual os/as linguistas às vezes escrevem, *Palavras são importantes* (LMSI).

A pesquisadora francesa nos chama a atenção para o fato de que em diferentes culturas há um imaginário social, advogando o poder das palavras.

Poder esse que não se resume a oprimir, mas também a possibilitar que os sujeitos lutem pela sua emancipação. Assim, uma campanha publicitária francesa recente (2010) produziu enunciados ressignificantes, “Eu sou negro, não preto”, “Eu sou negra, não preta” ou simplesmente “negro, não preto”, inscritas em uma hashtag (#NegroNãoPreto) e em camisetas:

Figura 5



Fonte: sites comerciais. Na ordem: “Red Bubble “ (<https://www.redbubble.com/fr/i/top/Je-suis-noire-pas-black-par-vee-madinina/23953180.6AQD3#&gid=1&pid=5>), “Rootz “ (<https://rootz-shop.com/products/t-shirt-noir-pas-black>) e “La boutique Africa vivre” (<https://www.laboutiqueafricavivre.com/vetements-afrique/102406-sweat-shirt-noir-pas-black-avec-capuche.html>).

Essa prática linguística ressignificante tem uma dimensão política e ética. Pode parecer cair na prescrição e pode ser considerada como um "diga" *versus* "não diga", como na Academia Francesa ou na Academia Brasileira de Letras e de fato aparentemente tem essa forma. Mas o que a diferencia é o desejo emancipatório, o objetivo de restaurar a dignidade do(da) negro(a) e o objetivo antirracista. É nisso que se diferencia de uma simples prescrição normativa ligada à correção da linguagem, por propor uma ética da língua. Em outras palavras, as prescrições normativas ligadas à correção de linguagem se dão sempre no âmbito de uma estética: *não use tal termo, pois é feio, tosco, grosseiro*, etc. Todavia, diferentemente a prática linguística ressignificante tem uma dimensão ética, essa entendida como emancipatória.

Na mesma esteira dos exemplos anteriores, não se sentindo incluído pelas formas linguísticas *todos e todas*, alguns atores sociais passam a usar o pronome neutro *todes* e isso à revelia de preceitos linguísticos, formulados alhures pelos linguistas, advogando que o gênero gramatical das palavras não tem a ver com sexo/gênero social e que conseqüentemente o *o* é neutro e o *a* é classe marcada.

Esses atores sociais, que militam em prol da linguagem não-binária, por mais que os linguistas asseverem que esses defensores da linguagem não-binária partem de dois supostos vícios de origem, em momento algum, por questões estéticas, propõem prescrições sobre o uso dessa linguagem, seu desejo primeiro é serem acolhidos pela língua e constitutivamente pelos sujeitos que falam. Ademais, quando da formulação dos preceitos linguísticos acerca não identificação entre gênero gramatical e gênero social e, com efeito, do *o* não marcado e do *a* marcado, as lutas sociais dos atores sociais eram outras, portanto esses preceitos, embora muito pertinentes à época, agora estão completamente

afastados dos critérios históricos que umbilicalmente sustentam as lutas dos que militam em prol da linguagem não-binária. Ilustra por exemplo o afastamento dos critérios históricos dos preceitos linguísticos, o trabalho de Possenti (2014) acerca dos pronomes *eu* e *tu* como acusativos e não apenas o *ele*, conforme postulado por Mattoso Câmara Jr. (2004):

Essa análise afasta completamente os critérios históricos. A explicação de Mattoso é absoluta e magistralmente sincrônica. Fundamenta-se em vários fatos: 1) ‘ele’ comporta-se como um nome ou um pronome demonstrativo (Pedro / ele / aquele saiu; disse a Pedro / a ele / àquele; vi Pedro / ele / aquele); 2) o português do Brasil é basicamente proclítico, fato do qual decorre 3): ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’, sendo átonos, não têm a característica necessária para ocupar a posição proclítica (o vi, a quero; ao contrário de ‘me’, ‘te’: me vê, te quero); 4) o quase desaparecimento de ‘tu’ (substituído por ‘você’), do que decorre que, embora ‘te’ conviva com ‘você’ (abusivamente, diz Mattoso), a “tendência” é que a forma ‘lhe’ ocupe a posição de objeto direto quando o falante pretende ser “correto” (Manduca está lhe chamando é de Artur Azevedo).

As teses de Mattoso seriam perfeitas se não fossem desmentidas pelos fatos. E o fato é que ‘ele/a’ não é o único ‘pronome’ a ir perdendo as flexões casuais, embora o grau dessa mudança seja certamente mais profundo do que a que ocorre com os outros pronomes (nesses casos, talvez se trate apenas de variação). Ou seja, o erro de Mattoso consiste em dizer (não sei de que dados ele dispunha) que nada de semelhante ocorre com outros pronomes, dos quais sempre “usamos as flexões casuais (me, a mim)” (POSSENTI, 2014, p. 1) (Grifos meus).

Se em algumas instituições brasileiras e em alguns países a linguagem não-binária tornou-se objeto de legislação, com a criação de leis autorizando ou mesmo prescrevendo tal uso, isso não tem a ver com os usuários da linguagem não-binária e sim com os atores sociais, que legislam sobre as línguas. Trata-se de um caso de política linguística e não de ética linguística como a justa reivindicação emancipatória dos usuários da linguagem não binária. Entendo que os linguistas que advogam o não uso da linguagem não-binária partem de pelo menos três equívocos: a) não consideram que a língua é afetada pela história; b) confundem estética com ética linguística e c) entendem os usuários da língua como legisladores da língua.

3 À guisa de uma breve conclusão

Nesse ensaio, buscamos discutir problemáticas que a princípio pareciam muito desconexas. No entanto, nosso trabalho mostrou questões como repensar a noção de lugar de fala, buscar (de)volver ao racismo estrutural a sua potência de agir e as práticas militantes de linguística popular podem a nos ajudar a construir uma sociedade mais participativa completamente imunizada dos preconceitos, do machismo, do racismo, da misoginia, da homofobia, enfim construir uma *sociedade decente*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: MG, Letramento, 2018.
- BUTLER, J. **Le Pouvoir des mots: politique du performatif.** Trad. C. Nordmann et J. Vidal, Paris, Editions Amsterdam, 2004. Edição original: 1997.
- MARANDIN, J-M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da Análise do Discurso. IN: ORLANDI, E. **Gestos de leitura: da história ao discurso.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- MARGALIT, A. **La Société Décénte.** Paris, Fr: Champs Flammarion, 2017.
- MOIRAND, S. A contribuição do pequeno corpus na compreensão de fatos da atualidade. Tradução Fernando Curti Gibin e Julia Lourenço Costa. **Revista Linguagem**, v. 36, n. 01, dezembro de 2020. Disponível em <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/826/476>.
- PAVEAU, M-A. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças linguistas. IN: BARONAS, R. L., COX, M. I. P. **Linguística popular/Folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas – Homenagem a Amadeu Amaral.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PAVEAU, M-A. O falar das classes dominantes: linguística popular e dialetologia perceptiva. IN: **Linguística folk: uma introdução.** Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara, SP: Letraria, 2020.
- POSSENTI, S. “Filma eu”: as liberdades do português brasileiro. In: www.vermelho.org. Disponível em <https://vermelho.org.br/2014/07/03/filma-eu-as-liberdades-do-portugues-brasileiro/>
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: MG, Letramento, 2017.

Recebido em dezembro de 2020

Aceito em maio 2021.

Publicado em 30 de agosto de 2021.

SOBRE O AUTOR

Roberto Leiser Baronas é professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFMT. Graduado em Letras (1994) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2003) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Durante o ano de 2003, fez seu doutorado "sanduíche" na Universidade Paris Est - Créteil - Val de Marne - França, no Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos, Escritos e Comunicação - CÉDITEC (2003). Pós-doutorado no Programa de

Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem / LAEL / na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Artes e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É um dos coordenadores do *Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais* (LEEDiM/UFSCar). Editor chefe da revista *Linguagem* - Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem PPGL/UFSCar. Seus estudos têm como foco a análise do discurso, a linguística popular/*folk linguistics*, o discurso político e a epistemologia e a história da linguística brasileira.

E-mail: baronas@uol.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0758-0370>